



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Victor Mendes

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2015

(do Senhor Victor Mendes)

Requer informações ao Senhor Ministro da Saúde Ademar Arthur Chioro dos Reis, sobre a auditoria nº 14162, realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS na Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro, Estado do Maranhão.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, que seja encaminhado ao Ministro da Saúde, o senhor Ademar Arthur Chioro dos Reis, o presente requerimento de informações acerca dos procedimentos adotados com relação à auditoria de nº 14162, realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria dos SUS, na Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro, no Estado do Maranhão, nos seguintes termos:

No mês de março de 2014, foi realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS, na cidade de Pinheiro (MA), uma auditoria com a finalidade de verificação de possíveis irregularidades no pagamento a empresa Copacabana LTDA (responsável pela construção de uma UPA-Unidade de Pronto Atendimento) e transferência indevida pela Secretária de Saúde e pelo coordenador do Fundo Municipal para a empresa Copacabana LTDA, referente a dois repasses sem o devido processo de pagamento, sem que a empresa tivesse iniciado seus serviços, e ainda sem a autorização e o conhecimento do Prefeito municipal, em descumprimento ao Decreto nº 16/2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS -- ANEXO III GABINETE 580 CEP: 70160-900 - Brasília – DF

TEL: 3215-5580 - FAX: 3215-2580

Escritório de Representação no Maranhão

Avenida do Vale, Quadra 29, Lote 11 e 12 – Edifício Zircônio – Renascença II. CEP: 65075-660

E-MAIL: dep.victormendes@camara.leg.br



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Victor Mendes

O relatório final da auditoria apontou diversas não conformidades e irregularidades na utilização dos recursos federais, inclusive com proposição de devolução de valores ao Governo Federal, conforme demonstrado na cópia do relatório em anexo.

Assim, passados já um ano da conclusão da referida auditoria questionamos:

- 1) Quais as providências práticas foram adotadas?
- 2) Quais os dirigentes municipais foram responsabilizados?
- 3) Foi ajuizada alguma ação em face dessas pessoas? Em caso positivo, qual a numeração e local de tramitação dos processos?
- 4) Algum valor já foi efetivamente devolvido aos cofres públicos?

Concluindo informamos que a auditoria teve o número de protocolo nº 25000.184425/2013-16 e abrangeu os exercícios de 2012 e 2013.

Brasília, 02 de setembro de 2015.

Deputado Victor Mendes